

## **A IMPRENSA É O ESPELHO DA CIVILIZAÇÃO: Representações sobre os jornais e os jornalistas na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos da escravidão**

Andréa Santos Pessanha\*

“Diz-se, e com razão, que a imprensa é o espelho da civilização de um país”. Estas palavras foram publicadas no jornal *O Paiz* em 24 de janeiro de 1885 e constitui uma excelente porta de entrada para uma reflexão Sobre a importância dos jornais e dos jornalistas para o desenvolvimento de uma nação apresentada pela imprensa da cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

Neste mesmo contexto de crítica à ordem escravista, André Rebouças (1838-1898), abolicionista e engenheiro, que utilizava os periódicos como campo por excelência para a luta fim do cativeiro afirmou: “A imprensa não pode faltar a esta santa missão, e nós esperamos que em breve, a imprensa erguerá o nível moral e intelectual da nação, constituindo-se o principal agente da sua instrução, de seu engrandecimento e de sua prosperidade” (1988, p. 359).

Em outro momento da mesma obra, Rebouças também atestava: “Não há reforma liberal, por mais grandiosa que seja, que não possa ser realizada pela palavra e pela imprensa” (1988:176). Ou seja, a palavra, principalmente aquela divulgada através da imprensa, deveria ser o caminho para as transformações desejadas por ele (PESSANHA, 2005).

Para esta comunicação, analisaremos, particularmente, as narrativas apresentadas no jornal *O Paiz* a respeito do papel dos periódicos no final do século XIX. Desta forma, trabalharemos com as imagens que estes homens da imprensa queriam construir sobre si e sobre a função deste meio de comunicação. A rigor, atuaremos na perspectiva de pensar na construção da identidade (ligada ao presente) e da memória (projeção para o futuro) que estes autores de *O Paiz* desejaram sedimentar.

Muito embora estejamos com o olhar voltado especialmente para *O Paiz*, acreditamos que seus textos colaborem na compreensão de qual memória a imprensa do Rio de Janeiro pretendia formar sobre si e sobre os jornalistas nestes anos finais da escravidão. Compartilhamos da visão que mesmo os relatos e lembranças individuais (neste caso, de uma folha específica) podem ser considerados coletivos, já que foram sistematizados a partir das experiências vividas dentro de um grupo (HALBWACHS, 2003, p. 30). Da mesma maneira, concordamos com a concepção que um

---

\* Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense, professora de História do Brasil Império do UNIABEU - onde desenvolve projeto financiado pelo Programa de Apoio à Pesquisa (PROAPE) - e membro do Grupo de Pesquisa do CNPq *Poéticas do Contemporâneo: Estudos de Sociedade, História e Literatura*, atuando na linha de pesquisa Memória, Espaço e Mídia.

<sup>1</sup> Uma análise comparativa sobre a memória que os jornais *O Paiz* e *Gazeta Nacional*, sediados na Corte, pretendiam construir sobre a função da imprensa para a sociedade brasileira de então, realizamos em PESSANHA, 2010.

discurso nunca rompe um silêncio absoluto, pois faz parte de uma rede de comunicação (BAKHTIN, 1997, p. 291). Por natureza, sempre dialoga com outros textos e são representativos de sua contemporaneidade.

Pelo teor dos artigos publicados em *O Paiz*, verificaremos que a intenção era que as mensagens apresentadas fossem assimiladas no presente e eternizadas no futuro. Tratava-se de uma conduta que atuava diretamente na construção da memória e colaborava na formação das identidades dos agentes sociais ligados à imprensa. Os textos divulgados tinham por perspectiva padronizar ações, motivações, projetar destinos e oferecer significado às trajetórias dos diversos personagens do período (VELHO, 2003, p. 103-105).

Para os objetivos desta apresentação, não nos voltamos para análise de quem foi o autor do texto. O fato de *O Paiz* veicular determinados conteúdos atende às demandas da reflexão, pois indicava que a folha compartilhava das ideias. Assim, para linha de interpretação que adotamos, o fundamental foi a divulgação da mensagem. Quem escreveu torna-se secundário, já que intencionamos verificar como a folha construía a imagem da imprensa e dos jornalistas.

*O Paiz* foi fundado em 01 de outubro de 1884, com sede na rua do Ouvidor, número 63. O primeiro número anunciava a propriedade de João José dos Reis Júnior. Possuía quatro páginas, nas duas primeiras estavam as colunas Telegramas, Noticiário, Resenha Diária e Seção Livre. As páginas finais eram voltadas para anúncios. Quintino Bocaiúva foi seu redator até 1899. Tinha uma expressiva circulação fora do Rio de Janeiro, anunciando uma tiragem de onze mil exemplares.

Apresentar-se como jornal neutro, imparcial era ponto nevrálgico nos primeiros exemplares. A redação entrou em atrito com o jornal *Brazil*, de aproximação com o Partido Conservador, que desconfiava da isenção da folha frente aos assuntos partidários. *O Paiz* afirmava que debatia as questões políticas e sociais, por isso algumas críticas eram dirigidas ao governo, mas a neutralidade seria a marca do periódico:

É injusto o ilustrado colega do *Brazil*, quando aconselha-nos que tomemos posição francamente partidária, por isso que ele descrê de nossa imparcialidade.

*O Paiz* sabe perfeitamente qual a posição que lhe cumpre na imprensa e está resolvido a manter-se nela, quaisquer que sejam as objeções oferecidas pelos que se acham envolvidos na luta dos partidos (4/10/1884, p. 1).

De fato, a insistência na neutralidade marcou os primeiros dias do jornal. A imagem que buscava construir era a do jornal sem filiação política:

Já dissemos de sobra [grifo nosso] de que modo entendemos o papel da folha neutra, e como nos desempenharemos de tal encargo.

(...)

A questão é manter-se o escritor no programa da folha que não tem partido, mas que, tendo ideias, não as quer defendida senão de acordo com as opiniões daqueles que foram espontaneamente convidados para nela escrever(11/10/1884, p.1).

Mas qual seria a razão da necessidade de *O Paiz* em construir a imagem da neutralidade política, da imparcialidade partidária? Acredito que a resposta possa estar vinculada ao público almejado pela recente folha.

A neutralidade de *O Paiz* não convenceu facilmente a seus leitores, considerando que os ilustres colegas de *Brazil* também fizeram parte desse grupo. O discurso pela imparcialidade tinha uma ligação direta com o público que se pretendia alcançar<sup>2</sup>. O importante era ter a simpatia daqueles que poderiam ser convencidos das vantagens da república e de todo o malefício gerado pela dinastia de Bragança e pela centralização do poder ao país.

A fala da isenção facilitava a leitura do periódico em diferentes círculos e, nos momentos de luta pela abolição, por exemplo, alianças com Joaquim Nabuco, por exemplo, poderiam mais facilmente acontecer. Porém, uma análise mais apurada dos primeiros exemplares da folha permite entender a desconfiança dos redatores de *O Brazil*. As feições republicanas estiveram presentes no mesmo artigo que professava a indiferença quanto aos regimes políticos.

Apresentar uma narração sobre um acontecimento implica em ocultar ou preterir outras versões contemporâneas (a própria insistência na neutralidade política de *O Paiz*), significa atuar na esfera da construção da memória coletiva, conforme destaca Le Goff. Ter a condição de reconstruir/divulgar um fato é, portanto, um exercício de poder, é ter o privilégio de atuar para formação da própria identidade, da trajetória e das percepções de um grupo. A imprensa, por excelência, trabalha com um campo que é o foco de atenção das elites das diversas sociedades<sup>3</sup>.

Na imprensa do Rio de Janeiro, do final do oitocentos, a preocupação com o que devia ser lembrado (e, em consequência, esquecido) ficava explicitado inclusive nos nomes atribuídos aos artigos. Assim, por exemplo, *O Paiz* utilizou a expressão *Documentos para a História*, de outubro

---

<sup>2</sup> Segundo BARBOSA, em meados da década, “*O Paiz* não possui expressividade em termos de circulação, pulverizando uma pequena preferência entre os grupos dominantes. No final da década, o panorama sofre alteração” (2000, p. 217).

<sup>3</sup> Para Jacques Le Goff, “(...) Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (2003, p. 422).

de 1884 a fevereiro de 1885, para artigos que abordavam o cerceamento da liberdade entre os cidadãos do Império, fazendo críticas à ordem monárquica.

O momento de crise do sistema escravista brasileiro e de questionamentos à ordem monárquica foi uma fase peculiar para o registro, através dos periódicos, dos fatos, dos acontecimentos, de pessoas que se pretendia eternizar e como deveriam ser eternizadas. Afinal, o jornal funciona como um tipo de memória escrita de determinada época (BARBOSA, 2000, p. 117). A imprensa ao selecionar, recortar, apresentar um episódio, fazia parte do processo de construção do acontecimento, no contexto aqui envolvido, das tensões envolvendo abolição e república (MACHADO, 2006, p. 158).

Em 05 de dezembro de 1884, *O Paiz* questionava para que servia a imprensa no Brasil. A resposta foi para combater e vencer a injustiça, para defender a liberdade dos cidadãos, independente se sua posição social: “(...) A vítima pode ser, se assim o querem, um miserável; mas o princípio que na sua pessoa foi sacrificado é um princípio augusto”. Nesta linha de argumentação, em 06 de outubro do mesmo ano afirmou: “(...) é necessário que os jornais intervenham em todas as questões que interessam ao espírito público”.

Podemos constatar que expressões como combate, luta por causa justa, espírito público estiveram presentes nos discursos de *O Paiz*. Estas representavam bem as responsabilidades que a imprensa do período trazia para si. A ideia de missão do jornalismo e do jornalista era recorrente na década de oitenta. *O Paiz* afirmava que a função da imprensa, naquele momento, era discutir os problemas da substituição do trabalho escravo, a obrigatoriedade do ensino, a proteção às atividades industriais, a descentralização administrativa e a liberdade religiosa, apontando preferências por este ou aquele encaminhamento.

Para *O Paiz* não era papel da imprensa apenas o estudo da realidade: “(...) A simples observação dos fenômenos sociais, com a completa proibição de estudá-los e criticá-los, por certo que não constitui uma missão” (6/10/1888, p.1). A função essencial era oferecer projeção aos fatos para intervir na sociedade. Então, ser tribuna era um dos papéis da imprensa no final do XIX segundo *O Paiz*: “(...) Espectador indiferente, apenas encarregado de arquivar fatos consumados, sem colaborar na causa comum, não pode ser por forma alguma o intuito de um jornal qualquer, por isso antes de tudo a imprensa quer dizer tribuna” (6/10/1888, p.1). Ou seja, era o espaço privilegiado para trazer questões políticas para a esfera coletiva.

O poder da opinião pública e o papel da imprensa como sua formadora, divulgadora e defensora eram pontos constantes nos periódicos do Rio de Janeiro. Para *O Paiz*, opinião não tinha

um caráter genérico, distante, era uma entidade que através das folhas deveria interferir nas ações dos políticos: “Lembrem-se todos esses representantes dos altos poderes do Estado que acima de todos está a Lei; que acima deles está a opinião pública, perante cujo grande conselho cada um terá de responder pela parcela de responsabilidade que a cada um cabe na alta esfera de suas funções” (5/12/1884, p. 1).

A partir de trechos de cartas publicadas em *O Paiz*, ficou explicitado que leitores também entendiam que a função do jornal era ajudar a população na garantia das liberdades. O periódico era uma forma de questionamento ao poder público, de se fazer denúncias. A imprensa deveria ficar atenta às injustiças cometidas pelos governantes contra aqueles desprovidos de contatos que representassem proteção frente a arbitrariedades do poder público.

Os jornais do Rio de Janeiro, na década de oitenta, ao mesmo tempo em que colaboravam na normatização da sociedade, procuravam, assim, desenvolver uma identidade de denunciador e reparador das injustiças cometidas. A imagem de salvador, de portador da verdade e daquele que acabaria com as iniquidades, fazia parte de como esta imprensa queria ser vista. Logo em seus números iniciais, *O Paiz* publicou um texto que avaliava a situação da imprensa no período. As ideias apresentadas confirmam esta concepção: “(...) Ameaçar com a imprensa é uma das formas mais empregadas na sociedade contemporânea. Um empregado demitido, um negociante multado, um desordeiro preso por um policial, declararam logo irritadíssimo ao que demitiu, ao que multou, ao que o prendeu: Ah! Sim! Pois vou para os jornais” (3/10/1884, p. 1).

Ir para o jornal era uma forma de dar voz àquele que se sentia injustiçado. Era uma maneira de se fazer ouvir e a partir do constrangimento ou da opinião pública negativa exercida sobre o opressor, o quadro poderia ser revertido. Se quem se encontrava na situação de desvantagem iria ou não para os jornais era outra questão. Tais palavras são indicativas da força que os periódicos tinham (e têm) para a população e do poder simbólico atribuído aos mesmos.

*O Paiz* apresentava a imprensa como a protetora da parcela desprotegida da população, sem prestígio social: “(...) imprensa, que deverá ser a protetora desvelada da liberdade, a guarda vigilante dos direitos dos cidadãos, para escarnecer das vítimas sacrificadas pelo arbítrio das autoridades” (28/11/1884, p. 1).

Nos anos oitenta, de acordo com os artigos publicados, uma das missões que cabia aos periódicos era ajudar, através das palavras, no desenvolvimento da nação. O jornalista deveria, antes de qualquer característica, ser um patriota e estar preocupado com o progresso do país. A

*Gazeta Nacional*<sup>4</sup> assim afirmava: “A primeira condição do jornalista é que arda em seu peito a sagrada chama do patriotismo, de amor aos seus conterrâneos, bem como o estímulo de ver realizado o seu empenho pela estabilidade de sua permanência” (20/4/1888, p.1).

A responsabilidade da imprensa e dos jornalistas em ajudar a nação brasileira na trilha do progresso era destacada pelo *O Paiz*. Os conflitos políticos deveriam ser trazidos para a tribuna pública através dos jornais e neles serem resolvidos: “(...)A imprensa por si só representa esse poderoso elemento de resistência contra todos os ataques diretos e indiretos à estabilidade e ao bem-estar da nação” (15/11/1884, p.1).

A imagem que se constituiu do jornalista era de um lutador que sacrificava sua própria vida pessoal para colocar em primeiro plano as necessidades da nação. Assim, publicava *O Paiz* sobre o que estimulava a ação dos homens de imprensa: “Não tendo por inspirar-nos mais do que a preocupação com o bem público, mais do que o desejo de cooperar por um fim nobre e generoso, de utilidade comum” (15/11/1884, p.1).

O progresso, elemento crucial no pensamento dos intelectuais do século XIX, fundamentava os discursos. *O Paiz* (corroborando a visão acima expressa pela *Gazeta Nacional*) afirmou que em nome dos interesses da nação, qualquer outro interesse, inclusive o do próprio jornalista deveria ser secundarizado: “(...)é evidente que nesta colaboração espontânea, oferecida a todos quanto trabalham, como nós, na área do jornalismo, não há nem pode haver intuito pessoal, de ambição ou de egoísmo” (15/11/1884, p. 1).

A autoridade e legitimidade dos jornais eram construídas a partir de seus membros. Esta postura confirma que, no período, ao jornalista era concedido um poder de outorgar credibilidade aos textos e que a sua imagem também estava ligada às folhas. As próprias relações pessoais e a trajetória dos autores reforçavam os discursos, conferiam respeitabilidade aos textos.

A preocupação com a busca da liberdade de acordo com a ordem caracterizou a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro (MACHADO, 1991) e também marcou as construções narrativas de *O Paiz*: “(...) Agindo ao mesmo tempo como força impulsiva e como força estática, ela representa ao seu conjunto a aliança dos dois elementos poderosos que são a garantia da vitalidade e da grandeza de um povo – isto é, o progresso e a justiça, a defesa da liberdade e a defesa da ordem” (15/11/1884, p.1).

---

<sup>4</sup> Jornal que circulou entre dezembro de 1887 e junho de 1888 na cidade do Rio de Janeiro. Trazia por subtítulo *Órgão Republicano*.

No final do século XIX brasileiro, um jornal da cidade do Rio de Janeiro procurava construir uma imagem próxima da mitificação (BARBOSA, 2010, p. 163). Seus autores consideravam-se responsáveis pelo crescimento do país, promotores do desenvolvimento da sociedade através dos debates, da transmissão de informações verídicas, da reprodução de artigos científicos. Promover o progresso país e orientar condutas foram pontos recorrentes no discurso de *O Paiz*.

A imprensa era apresentada como espaço, por excelência, de participação política. A tribuna onde questões centrais poderiam ser debatidas por todos os cidadãos. Na dinâmica do período, a memória que se procurava construir era dos jornalistas e da imprensa como defensores da nação brasileira, atuando com imparcialidade em nome da civilização e do progresso.

## Referências

### Fontes

*Gazeta Nacional*: 20/4/1888.

*O Paiz*: 03/10/1884; 04/10/1884; 06/10/1884; 11/10/1884; 05/12/1884; 15/11/1884; 28/11/1884; 24/01/1885.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional**: estudos econômicos: propaganda abolicionista e democrática. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988.

### Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**. Imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vícios de Leitura, 2000.

-----. **História cultural da imprensa**. Brasil. 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1991.

-----, Imprensa e identidade do ex-escravo no pós-abolição. In. NEVES, Lúcia Maria; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maris (orgs.). **História e Imprensa**. Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006, p. 142-152.

PESSANHA, Andréa Santos. **Da abolição da escravatura à abolição da miséria.** A vida e as idéias de André Rebouças. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

-----, Memória e missão: *O Paiz* e *Gazeta Nacional*. Imprensa do Rio de Janeiro (1884-1888). **Revista Tempos Históricos**, v. 14, 2010, p. 207-225.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose.** Antropologia das Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.